

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria e Acionistas da
Usina Caeté S/A
Maceió - AL

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usina Caeté S/A ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

a) Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava em seu balanço patrimonial, saldo de ativo imobilizado no montante de R\$ 1.144.639 mil, composto por R\$ 1.900.114 mil de custo de aquisição, acrescido de reavaliação registrada em 31 de dezembro de 2005 e deduzido de R\$ 755.475 mil correspondente à depreciação acumulada. Com o advento da Lei 11.638/07 e as emissões, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, do pronunciamento técnico contábil CPC 27 Ativo Imobilizado e interpretação técnica ICP 10, as companhias foram requeridas a calcular e registrar a depreciação de acordo com a expectativa de vida útil econômica do ativo imobilizado, bem como determinar o valor residual dos bens (parcela não depreciável) do ativo imobilizado, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil e determinação do valor residual deveriam ser ajustados de forma prospectiva. Conforme demonstrado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, a Companhia não revisou a vida útil econômica do ativo imobilizado, bem como seus valores residuais por entender que as taxas de depreciação utilizadas nos anos anteriores estão adequadas. Não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação da vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado através de outros procedimentos de auditoria.

b) Até a presente data de nosso Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras a Companhia não realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com a finalidade de, entre outros assuntos, deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 2007, sobre o resultado dos exercícios sociais de 2010, 2009, 2008 e 2007 e a proposta de aumento do capital social com reservas, ocorrida durante o exercício de 2008, contrariando os artigos 132 e 134 da Lei 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas. Não foi possível satisfazer-nos através de outros procedimentos de auditoria quanto aos possíveis efeitos da não realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

c) Conforme mencionado na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui obrigações contratuais decorrentes de financiamentos e não cumpriu determinadas obrigações relacionadas à indicadores financeiros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. A Administração vem mantendo negociações com as instituições financeiras e entende ser improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, motivo pelo qual decidiu manter os financiamentos e empréstimos, classificados no passivo não circulante, no montante de R\$ 33.920 mil, ao invés de reclassificá-los para o passivo circulante. Conseqüentemente, o passivo circulante está diminuído e o passivo não circulante aumentado naquele montante.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, pelos possíveis efeitos, se houverem, dos assuntos mencionados nos itens a) e b) e exceto quanto ao assunto mencionado no item c) do tópico "base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras individuais referidas no primeiro parágrafo deste relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Caeté S/A em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia Lagense S.A. Administração e Participações, controladora da Usina Caeté S/A, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Lagense S.A. Administração e Participações e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes separado, datado de 15 de agosto de 2012, contendo as mesmas modificações mencionadas no tópico "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras" acima, relativas a Companhia controlada Usina Caeté S/A.

São Carlos, 15 de agosto de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-AL

Cláudio José Biazon
Contador CRC SP-144806/O-7 S-AL

ADMINISTRAÇÃO

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto
Diretor Presidente
CPF 003.328.604-34

Nancy Virginia Karns Lyra
Diretora Vice-Presidente
CPF 002.651.014-68

Robert Carlos Lyra
Diretor Vice-Presidente Executivo
CPF 133.813.344-68

Fernando Lopes de Farias
Diretor Superintendente
CPF 068.244.044-20

Alberto Carlos Mendes Klumb
Diretor
CPF 628.798.557-72

Aryl Pontes Lyra Filho
Diretor
CPF 098.795.284-68

Maria Irene Sibaldo Leite
Diretora
CPF 453.995.224-20

Contadoria

MOACIR DA ROCHA BASTOS
Sup. Controladoria
CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

DURVAL VIEIRA ALVES
Gerente Contábil
CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL

Pág 2-2

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ACOMPANHADAS DAS NOTAS EXPLICATIVAS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS NA SEDE DA COMPANHIA.